

QUEM MANTERÁ O JARDIM BOTÂNICO?

EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO
Zoobotânica pode resultar na morte de plantas ameaçadas, no encerramento de pesquisas e na perda da certificação no Ministério do Meio Ambiente, o que fez MP mover ação judicial para cobrar do Piratini garantias de preservação dos serviços

Patrimônio Cultural e Ambiental do Rio Grande do Sul, o Jardim Botânico de Porto Alegre está com o futuro incerto desde que o governador José Ivo Sartori sancionou a lei que extingue a Fundação Zoobotânica, atual gestora do local. E o temor de que a descontinuidade dos serviços resulte na perda do acervo da entidade levou o Ministério Público (MP) a mover ação judicial para exigir do governo garantias de manutenção do trabalho de preservação natural – um dever constitucional do Estado – e de tarefas exigidas por lei – como a elaboração da lista de espécie ameaçadas no RS (*leia nos quadros ao lado*).

A titular da Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Sema), Ana Pellini, afirma que uma “comissão de transição está com incumbência de estabelecer o que é indispensável”, e que buscará parcerias com universidades (*leia mais na página 9*).

Zero Hora procurou quatro universidades gaúchas, mas só a Uergs admitiu que pode assumir os trabalhos da fundação, desde que todo o quadro de profissionais seja mantido, justamente o contrário do previsto.

A norma publicada no Diário Oficial do Estado em 17 de janeiro determina que a Sema administre direta ou indiretamente o espaço. Com a mudança, os funcionários devem ser demitidos – o que a ação do MP também tenta barrar – e o local deve perder o registro de jardim botânico concedido pelo Ministério do Meio Ambiente (*leia mais na página 8*).

Entre as preocupações de entidades de proteção ambiental está o risco de morte das plantas mantidas na instituição, muitas das quais em extinção. Enquanto a fundação conta com técnicos – 70% têm doutorado – que estudam há anos como preservar e reintroduzir na natureza as espécies em perigo, a Sema, como admite a própria secretária Ana Pellini, tem servidores concursados para outras áreas.

A situação é alvo de crítica do professor do Instituto de Biociências da UFRGS e coordenador-geral do Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais (Ingã):

– Você vai pegar alguém que não conhece a planta e não sabe como

tratá-la? Sem falar que é desvio de função (*por terem sido admitidos para outros cargos*) fazer os técnicos da Sema assumirem o Jardim Botânico.

PIRATINI ALEGA ECONOMIA, ESPECIALISTAS QUESTIONAM

Integrante do conselho superior da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), Francisco Milanez afirma que seria necessário contratar mais técnicos para que a secretaria conseguisse gerir o Jardim Botânico, o que anularia o principal argumento do governo para extinção: corte de gastos.

– Não vai representar economia, porque o Estado vai ter de criar outra estrutura – avalia Milanez.

Ana Pellini diz que há intenção de reestruturar a Sema, criando um departamento para assumir os serviços da fundação.

A bióloga Josy Matos, presidente da Associação dos Funcionários da Fundação Zoobotânica, afirma que o Estado gastará mais pelo trabalho hoje realizado na entidade, a única no RS que faz, por exemplo:

- 1 - Extração de veneno para produção de soro antiofídico.
- 2 - Listas de espécies ameaçadas de extinção da flora e da fauna.
- 3 - Laudos paleontológicos.
- 4 - Manutenção de um banco de sementes.
- 5 - Biomonitoramento da qualidade do ar.

O custeio total em 2016 – incluindo Jardim Botânico, Museu Rio-Grandense de Ciências Naturais e Parque Zoológico de Sapucaia do Sul – foi de R\$ 23 milhões, o que equivale a 0,6% do total de despesas executadas pelo governo no ano. O Piratini não apresenta cálculo detalhado da redução de custos com a extinção, considerando que o trabalho de preservação e pesquisas seja mantido. Argumenta que a estrutura tem resultado negativo entre receita e despesa de cerca de R\$ 19 milhões ao ano.

Nesse cenário, a única certeza de economia reside na opção de abrir mão de tudo que é feito pela fundação, por eliminar totalmente os custos, assumindo que o ajuste financeiro justifica as perdas do ponto de vista ambiental, decorrentes dessa decisão. Questionado, o Piratini nunca foi taxativo nesse sentido, e Ana Pellini diz que “vai ser um jardim botânico de categoria simples”.

CONTINUIDADE INCERTA



Preservação de plantas raras

O Jardim Botânico possui muitas plantas raras e delicadas, que podem morrer se ficarem apenas 15 dias sem o manejo adequado. Entre elas estão espécies de bromélias e cactos, muitas ameaçadas de extinção.

Só entre os cactos (*foto*), o espaço abriga 65 tipos diferentes, que representam 80% das espécies desses vegetais na flora gaúcha. Deste acervo, 90% corre risco

de desaparecer do planeta.

As plantas estão distribuídas em vasos, que ficam dentro de estruturas cobertas, semelhantes a estufas, onde a visitação é restrita a pesquisadores. Estão sob cuidados de biólogos especializados, que controlam a temperatura, os nutrientes e a água que recebem, evitando que pragas as ataquem.



Manutenção e aumento das coleções

Ambientalistas alertam que a Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Sema) não tem servidores especializados para cuidar do acervo da Fundação Zoobotânica, que inclui coleções de sementes, plantas e animais (vivos ou em conservação). Um exemplo são os taxonomistas, profissionais responsáveis pela descrição das espécies da fauna e da flora. Sem eles, as coleções correm risco de não serem mais atualizadas ou perderem exemplares. Isso porque, além do tratamento

dos animais vivos e da troca constante de produtos nos quais os exemplares mortos estão conservados, é preciso rever o acervo cientificamente, revisando os nomes das espécies e incluindo as novas descobertas.

Doutor em Aracnologia, Ricardo Ott (*foto*) é o taxonomista curador da coleção de aranhas do Museu de Ciências Naturais, uma das três maiores do país, com 1,3 mil espécies (30%) das aproximadamente 5 mil existentes no Brasil.



Lista de espécies ameaçadas de extinção

O Código Estadual do Meio Ambiente prevê que o governo "fará e manterá atualizados" os cadastros da flora e da fauna gaúcha, "em especial das espécies nativas ameaçadas de extinção", como bromélias (foto). Elaboradas pela Fundação Zoobotânica e publicadas em 2014, essas listas custaram ao Estado R\$ 150 mil, por causa da criação de um sistema elaborado em parceria com

a Companhia de Processamento de Dados do RS (Procergs), cuja operação faria o preço de novas listas cair para menos de R\$ 50 mil. Pela iniciativa privada, a estimativa de custo é de R\$ 4,7 milhões, segundo consultores do Centro Nacional de Conservação da Flora, do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que faz a lista nacional de espécies em extinção.

Planos de manejo para unidades de conservação

Por lei federal, toda unidade de conservação deve ter um plano de manejo, assim como as cidades têm um plano diretor.

O documento estabelece o zoneamento e como será o uso da área, o que incluiu qual tipo de empreendimento pode ser feito. Pelo Código Estadual do Meio Ambiente, esses planos precisam ser revistos a cada cinco anos.

No Estado, a Fundação Zoobotânica realiza alguns desses documentos, como o do Parque Estadual do Delta Jacuí, com 14 mil hectares, ao custo de R\$ 176 mil. Para comparar: a iniciativa privada realizou o mais recente plano de manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Jacuí, com 8 mil hectares, quase metade do tamanho da área do parque, ao custo de R\$ 948 mil.



Criação de serpentes para extração de veneno

O Museu de Ciências Naturais possui o único serpentário científico do Rio Grande do Sul, com quase 400 animais, alguns ameaçados de extinção, como a jararacuçu (foto). O local também é o único da América Latina a criar em cativeiro, com êxito, a coral pampeana, com bichos vivos há seis anos – em outros serpentários, a espécie morre rapidamente. As cobras são usadas para extração de veneno, matéria-prima enviada ao Instituto Vital Brazil, no Rio de Janeiro, para a fabricação de soro antiofídico distribuído nacionalmente. No Estado,

só a fundação faz esse serviço. De acordo com o biólogo Roberto Oliveira, do Núcleo de Ofiologia de Porto Alegre, o serviço é importante para garantir a eficácia do soro no socorro de acidentes com cobras no Estado.

– Os venenos variam muito conforme a espécie e a região que habitam. As cascavéis do Estado têm toxina em concentração muito mais elevada do que as do resto do país. Por isso, é fundamental garantir a disponibilidade de veneno das cobras daqui no conjunto para produção de soro.

A RESPOSTA

ZH enviou perguntas ao secretário de Governo, Carlos Búrigo, sobre manutenção de coleções, estudo de custos sobre elaboração de cadastros de

espécies, entre outros itens. Preferiu não se manifestar sobre o assunto e indicou a secretária do Ambiente, Ana Pellini, em seu lugar, entrevistada na página 9.

“

Não foi feito nenhum estudo sobre consequências da extinção no arquivo da Fundação Zoobotânica e a descontinuidade do trabalho com o Jardim Botânico é um risco que não podemos correr.

PAULO BRACK

Professor do Instituto de Biociências da UFRGS e coordenador-geral do Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais

Na prática, a Sema não tem condições de absorver o trabalho da Fundação Zoobotânica por falta de pessoal. E a contratação de empresas terceirizadas sairia muito mais caro.

FRANCISCO MILANEZ

Membro do conselho superior da Agapan

A Sema não pode receber fundos para pesquisa como a Fundação Zoobotânica, e há pesquisas que são obrigatórias por lei, como as listas de espécies em extinção. Isso nos causa preocupação.

MARÍLIA LONGO

Presidente da Comissão de Direito Ambiental da OAB-RS

Esse dismantelamento do patrimônio, ainda que para entidades que tenham fins sociais, acaba gerando descontinuidade irreversível. Quem vai fiscalizar esse plano que a Sema teoricamente vai fazer? Quem é que vai dizer que o plano está bom ou não, se atende a sociedade ou não, se as funções foram bem absorvidas ou não? Nosso temor é que a Sema não dê conta.

ANNELISE STEIGLEDER

Promotora, uma das autoras da ação que pede garantias de preservação do Jardim Botânico

A comissão de transição está com incumbência de estabelecer o que é indispensável. Vamos mandar projeto à Assembleia reestruturando a Sema, criando departamento para isso.

ANA PELLINI

Secretária estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

POR QUE É IMPORTANTE

Embora não tenha impacto imediato como questões de saúde e educação, a preservação ambiental é um direito tão essencial quanto esses dois. É o que diz a Constituição, em seu artigo 225: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

A carta magna ainda determina que "incumbe ao poder público: preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção".

Além disso, alguns dos serviços realizados pelo Jardim Botânico, como a elaboração de listas de animais em extinção e de plano de manejo de unidades de conservação, são obrigações legais do Estado, previstas no Código Estadual do Meio Ambiente.

E AS UNIVERSIDADES?

ZH procurou quatro universidades para avaliar a viabilidade de parceria com o Estado para manutenção dos serviços da Fundação Zoobotânica.

PUCRS

Por meio de sua assessoria de imprensa, afirmou que "não recebeu nenhuma proposta do governo em relação à gestão ou funcionamento das fundações", mas está aberta ao "diálogo tanto em relação ao poder público quanto com outras instituições de Ensino Superior".

UERGS

Por e-mail, a reitora Arisa Araujo da Luz afirmou que, "formalmente, nunca houve contato do governo para tratar de parcerias de trabalho envolvendo o Jardim Botânico", embora a instituição tenha atividades em parceria com a Fundação Zoobotânica. Arisa acrescentou que, há dois anos, o governo chegou a um "esboço de projeto em que as duas instituições (Uergs e fundação) manteriam suas identidades jurídicas, mas passariam a atuar em conjunto", o que não saiu do papel. "A Uergs pode abraçar todas as atividades desenvolvidas pela fundação, mas somente se forem mantidos os profissionais que fazem parte do quadro da entidade. A Uergs necessita de mais pesquisadores altamente qualificados e dedicados, como os da fundação", escreveu a reitora.

UFRGS

Por meio de sua assessoria de imprensa, afirmou que "considera prematuro qualquer pronunciamento sobre as fundações estaduais em discussão" e ressaltou que a universidade "acompanha o desenrolar do processo e, somente a partir de decisões efetivas, avaliará como e se poderá contribuir".

UNISINOS

Por e-mail, o reitor padre Marcelo Fernandes de Aquino afirmou que o posicionamento do Estado de administrar o Jardim Botânico em parceria com as universidades "é muito recente". A instituição, segundo ele, "quer conversar com as universidades de Porto Alegre" sobre o futuro do local. "Não temos nenhum dado sobre a real situação do Jardim Botânico e pensamos ser importante uma convergência das atividades de ensino, pesquisa e extensão", completou o reitor.

Perda de classificação é certa, diz ministério

Não é qualquer área protegida que pode ser jardim botânico. A classificação é um registro concedido pelo Ministério do Meio Ambiente, que leva em conta requisitos previstos em resolução de 2003 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

Os jardins botânicos são classificados em três categorias: A, B e C, que, da estrutura mais simples à mais completa, atendem entre 11 e 16 exigências (veja no quadro abaixo). Segundo o Ministério do Meio Ambiente, a extinção da Fundação da Zoobotânica fará a estrutura da Capital perder a classificação A, pois entre os pré-requisitos para todas as categorias está "possuir quadro técnico-científico compatível".

– A extinção da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul implicará a perda do registro e enquadramento como jardim botânico. Este fato representaria uma grande perda no esforço que os jardins botânicos brasileiros estão realizando para atender às metas da Convenção da Diversidade Biológica (*tratado internacional ratificado pelo Brasil*) – afirma Maria Lucia Nova da Costa, integrante da Secretaria do Sistema Nacional de Registro de Jardins Botânicos.

Ou seja, a desclassificação em Porto Alegre representará uma entidade a menos no trabalho oficial de conservação da diversidade biológica do país.

AS EXIGÊNCIAS POR CATEGORIA

A C

- Manter banco de germoplasma (material genético de plantas) e publicação regular do Index Seminum (catálogo de sementes preservadas)
- Possuir biblioteca própria especializada
- Manter publicação técnico-científica seriada, subordinada à comissão de publicações e/ou comitê editorial
- Oferecer cursos técnicos ao público externo
- Promover treinamento técnico de seu quadro

+
Todas as exigências da categoria C

B

- Possuir biblioteca própria especializada
- Divulgar atividades por meio de informativos
- Manter coleta e armazenamento de sementes. O catálogo permite replantio e serve como "seguro" contra a extinção

+
Todas as exigências da categoria C

- Possuir quadro técnico-científico compatível com suas atividades
- Dispor de serviços de vigilância e jardinagem, próprios ou terceirizados
- Manter área de produção de mudas, preferencialmente de espécies nativas da flora local
- Dispor de apoio administrativo e logístico compatível com as atividades a serem desenvolvidas
- Desenvolver programas de pesquisa visando à conservação das espécies
- Possuir coleções especiais representativas da flora nativa, em estruturas adequadas
- Desenvolver programas na área de educação ambiental
- Possuir infra-estrutura básica para atendimento de visitantes
- Ter herbário próprio ou associado com outra instituição
- Possuir sistema de registro para o seu acervo
- Oferecer apoio técnico, científico e institucional, em cooperação com as unidades de conservação, previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)

NOS MELHORES, CUSTEIO TOTAL DOS GOVERNOS

Registrado inicialmente como categoria B em 2002, o Jardim Botânico de Porto Alegre está entre os cinco melhores do país. Em 2015, ao cumprir exigências do Ministério do Meio Ambiente em serviço e quadro técnico, entrou para a lista dos cinco de categoria A, ao lado dos de Rio, São Paulo, Brasília e Recife.

O governo gaúcho argumenta não ter mais condições de bancar a Fundação Zoobotânica, administradora do local. O custeio em 2016 representou 0,6% (R\$ 23 milhões) do gasto total do Estado no ano (R\$ 35 bilhões). O Piratini não tem cálculo detalhado que demonstre economia com a extinção, considerando a manutenção dos serviços que ela realiza.

ZH consultou as outras quatro instituições A do país para entender como são mantidas. Com exceção da carioca, que, como autarquia vinculada do ministério, faz trabalho em nível nacional e é bancada pela União, as outras três seguem o modelo de Porto Alegre: são custeadas por verbas públicas de orçamento estadual, municipal – no caso do Recife – ou do Distrito Federal – no caso de Brasília. E as parcerias com universidades, ideia do Piratini para manter os serviços da fundação, se restringem à troca de conhecimento.

ZH pediu entrevista ao secretário-geral de Governo, Carlos Búriga, que preferiu indicar a secretária de Ambiente, Ana Pellini, em seu lugar.

OS CINCO DE CATEGORIA A NO PAÍS

ESTER SANTOS, JBS.P. DIVULGAÇÃO



JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO



JARDIM BOTÂNICO DE SÃO PAULO

COMO É ADMINISTRADO E MANTIDO

É autarquia federal, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. Custa R\$ 14,9 milhões ao mês, bancados pela União. Arrecada valores em patrocínios e parcerias que, conforme último relatório de gestão disponível (2015), somaram R\$ 7,4 milhões.

QUAL O TAMANHO DA ÁREA TERRITORIAL

143,98 hectares de área total, sendo os 40 hectares do arboreto tombados pelo Patrimônio Histórico.

TEM QUANTOS PESQUISADORES

32 ativos e nove associados (aposentados que mantêm suas atividades de pesquisa), todos com doutorado.

QUANTOS VISITANTES RECEBE POR MÊS, EM MÉDIA

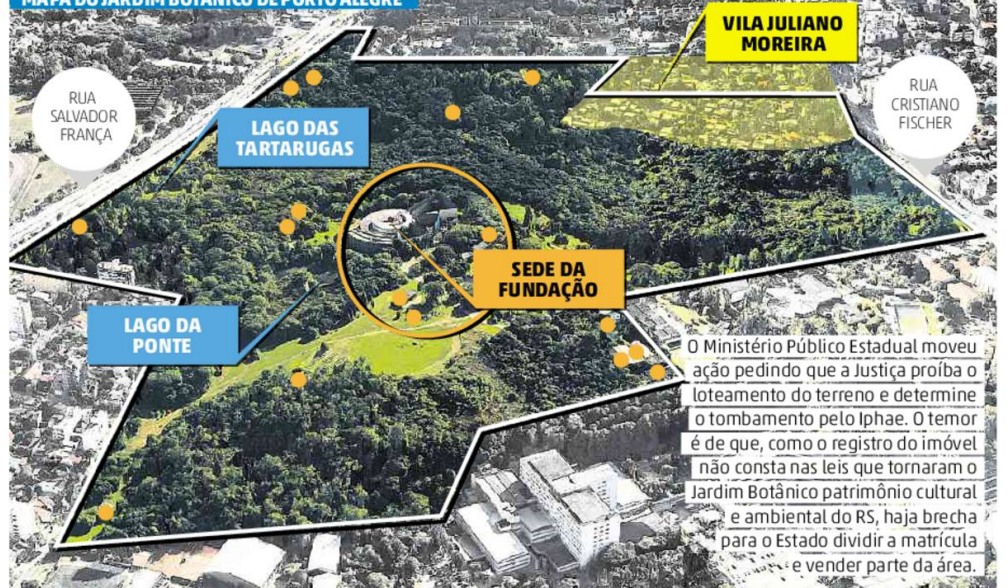
65,7 mil

QUE TIPO DE SERVIÇOS REALIZA

Mantém 55 projetos de pesquisa. É responsável pela coordenação da Flora do Brasil 2020, do Herbário Virtual Re flora, que armazena imagens digitalizadas da coleção de plantas do próprio jardim e de outros herbários brasileiros e estrangeiros, e pela elaboração da Lista Nacional das Espécies Ameaçadas de Extinção. Mantém unidade de pós-graduação, a Escola Nacional de Botânica Tropical, que oferece cursos de mestrado e doutorado.

* Do contábiliza apenas os pesquisadores ligados exclusivamente ao Jardim Botânico, que também conta com o trabalho não exclusivo de outros profissionais

MAPA DO JARDIM BOTÂNICO DE PORTO ALEGRE



● Prédios da Fundação

O Ministério Público Estadual moveu ação pedindo que a Justiça proíba o loteamento do terreno e determine o tombamento pelo Iphae. O temor é de que, como o registro do imóvel não consta nas leis que tornaram o Jardim Botânico patrimônio cultural e ambiental do RS, haja brecha para o Estado dividir a matrícula e vender parte da área.

JBBSB, DIVULGAÇÃO



JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA

Público. É vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) do Distrito Federal. Custa R\$ 691,7 mil ao mês, repassados pelo governo do DF.

500 hectares de área de visitação e 4,5 mil hectares de estação ecológica.

Oito, sendo dois doutores, dois mestres e um especialista

40 mil

Emite, ao ano, cerca de 20 autorizações para pesquisas e desenvolve inúmeros trabalhos nas áreas de botânica, fauna, ecologia e educação ambiental. Essa última atende cerca de 12 mil estudantes por ano. Mantém parcerias científicas com diversas universidades.

JBRS, DIVULGAÇÃO



JARDIM BOTÂNICO DO RECIFE

Público. Administrado pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente da prefeitura do Recife. Custa R\$ 130 mil ao mês, retirados do orçamento do município.

30,7 hectares

Oito, sendo quatro doutores, um mestre e três especialistas

9 mil

Mantém parceria com a Secretaria de Educação do município para projetos de educação ambiental. Tem parcerias com universidades para projetos como estudo de plantas medicinais.

OMAR FREITAS



JARDIM BOTÂNICO DE PORTO ALEGRE

Público. Administrado pela Fundação Zoobotânica, vinculada à Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Sema), com verbas repassadas pelo Tesouro do Estado. Custa ao mês R\$ 2,3 milhões.

39 hectares

Sete, sendo quatro doutores e três mestres

4 mil

Faz extração de veneno de cobras para produção de soro antiofídico, elabora listas de espécies ameaçadas de extinção no RS, produz laudos paleontológicos, mantém banco de sementes e realiza o biomonitoramento da qualidade do ar. Abriga espécies ameaçadas e elabora planos de manejo de unidades de conservação. Mantém programas de educação ambiental e uma série de pesquisas científicas.



A extinção da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul implicará a perda do registro e enquadramento como jardim botânico.

MARIA LUCIA NOVA DA COSTA

Integrante da Secretaria do Sistema Nacional de Registro de Jardins Botânicos



“O ideal, se o Estado tivesse recursos, era não extinguir”

ENTREVISTA

ANA PELLINI

Secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do RS

O que será terceirizado?

Só o zoológico. Porque tem sustentabilidade econômica, é o que dá a maior parte da renda da Fundação Zoobotânica, milhares de pessoas pagam ingresso. O Jardim Botânico e o Museu Rio-Grandense de Ciências Naturais não têm retorno econômico. O resultado é científico, tem de haver parceria com universidades.

A Sema não pode receber verbas para pesquisa, como a fundação. Como vão ficar os estudos?

Todas as pesquisas vão ser terminadas, a gente vai mantê-las até o prazo final da Capes (entidade da União que apoia pesquisadores).

Outro risco da extinção é a perda do acervo. Como o Estado vai garantir a manutenção?

Fizemos equipe de transição para estabelecer projeto. O ideal, se o Estado tivesse recursos, era não extinguir a Fundação Zoobotânica. Em um segundo movimento, o ideal seria absorver essas pessoas, trazer para a Sema, nas carreiras aqui.

E como a Sema vai absorver esses serviços sem ter especialistas?

A comissão de transição está com incumbência de estabelecer o que é indispensável. Vamos mandar projeto à Assembleia reestruturando a Sema, criando departamento para isso.

Há risco de perder categoria A?

Isso é quase uma certeza.

Como avalia esse prejuízo?

É uma pena para o Estado, mas está ocorrendo por questão financeira. Só um louco não quer ter um jardim botânico categoria A.

O Estado garante que o local ainda será um jardim botânico?

Isso está na lei.

Mas mesmo para categoria C tem que atender pré-requisitos.

A comissão de transição está vendo, porque o Jardim Botânico é tombado. Precisa continuar sendo jardim botânico. Não vai ser a melhor categoria, mas não pode cair da essencialidade.

É certo que será ao menos C?

Não estou a par das letras, entendeu? Mas vai ser um jardim botânico de categoria simples, que o Estado pode pagar neste momento.

Ministério Público teme loteamento da área para venda

A aprovação do fechamento da Fundação Zoobotânica também suscitou preocupações no Ministério Público Estadual (MP). O órgão ingressou na Justiça pedindo, entre outros pontos, a proibição do loteamento do terreno do Jardim Botânico e sua inclusão entre os bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (Iphae). A medida acrescentaria proteção extra contra modificações na área.

O temor da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, que protocolou ação na Vara da Fazenda Pública da Capital, é de que brechas legais acabem permitindo a venda do terreno.

Embora o Jardim Botânico tenha sido declarado patrimônio cultural (em 2003) e ambiental (no ano passado) do Estado – o que impediria comercialização –, as leis não fazem referência ao

registro imobiliário da área. Com isso, argumentam os promotores, há risco de ela ser dividida em mais de uma matrícula, dando margem à oferta da parte que venha a ser classificada fora do que é compreendido como integrante da instituição.

– A lei ficou vaga, deveria dizer qual a extensão geográfica declarada como patrimônio ambiental. Sem isso, ficou uma proteção conceitual. Então, em tese, não impediria o Estado de desmembrar a matrícula e vender partes do espaço. Esse é o perigo – explica a promotora Annelise Steigleder, uma das autoras da ação.

LEI ABRE POSSIBILIDADE PARA TERCEIRIZAÇÃO

O MP também pede que a Justiça determine ao Estado a construção de um muro na extremidade do terreno ao lado da Vila

Juliano Moreira, pois a comunidade já ocupa parte da área.

Outra questão é a possibilidade de repasse à iniciativa privada. A lei da extinção prevê que a Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Sema) pode administrar “direta ou indiretamente” o local.

Pós-doutor em Direito Ambiental pela Universidade da Califórnia, o professor da Unisinos Delton Carvalho ressalta que o Estado precisaria assegurar que esse modelo não colocaria em risco a função de proteção ambiental, sob possibilidade de questionamento judicial:

– O local só poderá ser transferido para administração da iniciativa privada se não houver qualquer comprometimento dessa função ecológica, que muitas vezes é incompatível com entidades que visam ao lucro.

Por isso, o professor de Direi-

to Constitucional da Unisinos Lenio Streck avalia que a terceirização seria inviável, uma vez que pode ser vetada na Justiça, por desvio de finalidade. O especialista diz que, como direito constitucional de todos, a proteção ambiental não pode ser submetida ao risco de danos irreversíveis de uma administração indireta:

– Não é como uma estrada, que pode ser gerida por empresa. A Constituição não diz que as estradas são direitos de todos e das futuras gerações. Pode ser que, no futuro, nem usemos mais transporte terrestre, só aéreo. Mas sempre vamos precisar do ambiente, de plantas e oxigênio.

Titular da Sema, Ana Pellini afirma que o governo pretende terceirizar apenas o Parque Zoológico de Sapucaia do Sul, que tem resultado econômico pela cobrança de ingressos (leia entrevista ao lado).